

Doenças sexualmente transmissíveis e AIDS no Brasil do século XXI: o desafio e a resposta

Transcorrido um quarto de século do reconhecimento de uma nova síndrome, posteriormente caracterizada como a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), debruçar-se sobre os vários aspectos da epidemia de HIV/AIDS no Brasil suscita oportunidades de aprendizagem e reaviva o interesse pelo tema. Aprendizagem que nos possibilita formular respostas adequadas às diversas facetas desse renovado desafio à saúde pública mundial; e interesse, pois, num momento de vigorosa atuação da saúde pública, a AIDS permanece uma pandemia longe de um controle a curto e médio prazos, e ainda capaz de tornar visíveis segmentos populacionais e redes sociais até então obscurecidos pelos nossos preconceitos e indiferença, além de trazer ao debate as demais doenças sexualmente transmissíveis (DST), habitualmente negligenciadas como de menor relevância.

Novas questões se apresentam à sociedade civil e aos profissionais, como a necessidade do olhar cuidadoso dos serviços de saúde, sejam eles especializados ou não, na abordagem adequada e oportuna daqueles que necessitam de atendimento, para que, em sintonia, possam de fato contribuir para melhores condições de saúde e determinar a redução da ocorrência dos agravos evitáveis através do diagnóstico precoce e dos encaminhamentos adequados. Os estudos que tematizam a transmissão vertical, seja da sífilis ou do HIV, são exemplos, tanto da negligência, como do sucesso na redução do sofrimento humano e dos custos que intervenções não adotadas de forma precoce e abrangente podem impor às políticas públicas de saúde.

O desenvolvimento de estratégias mais efetivas e culturalmente sensíveis de diagnóstico, tratamento e prevenção, com a qualificação da assistência, a importância da aderência à medicação anti-retroviral e as intervenções que favoreçam o aumento progressivo da sobrevida e a concomitante redução da morbi-mortalidade, são aqui destacados, evidenciando a melhoria da qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS, incluindo a assistência integral e continuada às crianças nascidas de mães infectadas pelo HIV.

Grandes avanços foram logrados, como a redução expressiva da transmissão vertical mediante adoção sistemática de medidas profiláticas, mas muito está por fazer, haja vista a inaceitável prevalência de uma das DST mais antigas, a sífilis e sua transmissão congênita, cujo diagnóstico e tratamento, simples e baratos, estão mais do que estabelecidos. Há de se destacar a necessidade de aprofundamento nos estudos sobre as desigualdades sociais para que todos aqueles que necessitam, independente de sua condição social, possam se beneficiar dos avanços até então alcançados.

Os artigos do presente Suplemento de *Cadernos de Saúde Pública* resultam da seleção de trabalhos, por parte do Programa Nacional de DST e AIDS, a partir da *Chamada para Elaboração de Artigos sobre DST/AIDS no Brasil*, de 2005, com a contribuição adicional de pesquisadores de reconhecida experiência na área.

Esperamos que a leitura deste Suplemento possa estimular o debate, o pensamento e a formulação de novas estratégias e análises, para o enfrentamento desse desafio à saúde pública, renovado nesta primeira década do século XXI.

Maria Goretti P. Fonseca

Instituto de Pesquisa Evandro Chagas, Fundação Oswaldo Cruz,
Rio de Janeiro, Brasil.

Diretoria Regional de Brasília, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília,
Brasil.

gorettifonseca@fiocruz.br

Gerson Fernando Mendes Pereira

Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde, Brasília,
Brasil.

gerson.pereira@aims.gov.br

dibarsan@adinet.com.uy